

Fundo de R\$ 49 bilhões avança com estatuto aprovado e marca nova fase da reparação em Mariana



Por: Hynara Versiani

Foi aprovado na quinta-feira (9), em Brasília (DF), o estatuto do Fundo Rio Doce — principal mecanismo financeiro voltado à reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em Mariana (MG), em 2015. A deliberação ocorreu durante a primeira reunião oficial do Comitê do Rio Doce, responsável por acompanhar e aprovar a aplicação dos recursos, que somam R\$ 49 bilhões.

Sob a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o fundo terá validade de 22 anos e será utilizado em ações de caráter social, ambiental e econômico em comunidades afetadas ao longo da Bacia do Rio Doce. Os repasses fazem parte do acordo firmado em 2024 entre as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, os governos federal e estaduais (MG e ES) e instituições do sistema de justiça.

O estatuto e o regimento interno aprovados nesta primeira reunião definem as diretrizes de funcionamento do fundo, incluindo os critérios de elegibilidade de projetos, mecanismos de transparência e a estrutura de governança. Além do Comitê do Rio Doce, que centraliza as decisões estratégicas, o modelo prevê a criação de até dez subcomitês temáticos para acompanhar temas como saúde, mobilidade, atividade pesqueira, mineração e participação social.

Do valor total do fundo, R\$ 8,3 bilhões estão reservados para o Fundo Ambiental, uma subdivisão dedicada exclusivamente a projetos de compensação ecológica e revitalização de áreas degradadas. Outras linhas de aplicação incluem apoio à pesca e agricultura, políticas públicas de saúde e assistência social, e investimentos em infraestrutura local.

A gestão do BNDES será responsável pela execução financeira dos projetos, assegurando o cumprimento dos cronogramas e a correta aplicação dos recursos. De acordo

com o decreto federal nº 12.412/2025, que criou o fundo, a instituição deverá também garantir ampla divulgação das ações desenvolvidas, com mecanismos de controle social.

O Fundo Rio Doce faz parte de um pacote maior de reparação, orçado em R\$ 132 bilhões. Desse total, R\$ 100 bilhões serão repassados a entes públicos para execução de políticas de reconstrução, desenvolvimento sustentável e compensação social. Outros R\$ 32 bilhões serão aplicados diretamente pela Samarco em ações como reassentamentos, recuperação de ecossistemas e pagamento de indenizações individuais.

Com a formalização do fundo e o início da sua estruturação administrativa, tem início uma nova etapa do processo de reparação, marcada pela descentralização dos recursos e maior protagonismo de instituições públicas na condução das ações. A expectativa é que os primeiros repasses ocorram ainda em 2025, com prioridade para projetos já mapeados pelas comunidades atingidas.

<https://www.territoriopress.com.br/noticia/3698/fundo-de-r-49-bilhoes-avanca-com-estatuto-aprovado-e-marca-nova-fase-da-reparacao-em-mariana>
em 01/02/2026 14:29